

O ESTADO NA ÁFRICA

Beluce Bellucci*

RESUMO

A África ainda é considerada um grande desafio, principalmente em função de questões relacionadas às religiões e às etnias, entre outros fatores. A compreensão do Estado africano depende de vários aspectos tanto no plano nacional quanto internacional. Vista sob a ótica do modelo de Estado ocidental, a experiência africana traz a busca por seu espaço, como território, linguagem, tecnologia, modos de produção, bem como o movimento em direção a um Estado neoliberal. As mudanças empreendidas buscavam não somente o desenvolvimento, mas também a reestruturação das economias, adaptando-as ao mercado mundial, o que acarretou melhores condições de avanço para a África.

ABSTRACT

Africa is still considered a major challenge, particularly for issues relating to religions and ethnic groups, among other factors. The understanding of the African State depends on several aspects found both nationally and internationally, as seen by the Western state model, with the African experience that brings the search for its place, like territory, language, technology, production methods, and with the neoliberal state. The moves undertaken sought not only development but also the restructuring of economies, adapting them to the world market, which resulted in better conditions of advance to Africa.

Na África, quase nunca a etnia está dissociada da política, contudo, ao mesmo tempo, não fornece a matéria-prima básica para o seu desenvolvimento... No âmbito do Estado contemporâneo, a etnia existe, principalmente, como um agente acumulativo, tanto de riqueza como de poder político. Portanto, o tribalismo é percebido como uma força política em si mesma, como um canal pelo qual se expressa a disputa pela aquisição de riqueza, poder e status.

J.-F. Bayard

1 ESTADO, POLÍTICA E ECONOMIA

Existem muitos preconceitos a respeito da África e, neles, incluem-se as noções acerca do Estado, das religiões e das etnias, objeto de revisão neste texto. Ideias formadas por juízos e ciências apressadas ou bolsos interessados, que, posteriormente, navegam entre intelectuais e pessoas comuns, fomentam comparações do que lá se vê com a realidade ocidental ou analisam as sociedades africanas a partir dos modelos sociais ocidentais. Esta prática terminou por

* Economista, diretor da Associação Centro de Estudos Afro-Asiáticos.

estigmatizar os Estados africanos ao longo do tempo. Ao se afirmar que foram constituídos pelo direito colonial, impôs-se-lhes o rótulo de “externos”, “quase Estados”, “artificiais” ou “pseudoeestados”. Contrapondo-se a esta visão, Jean-François Bayard (1989) propôs uma historicidade de Estado na África construída a partir das tradições estatais pré-coloniais e da experiência colonial. O Estado africano atual recebe influências tanto do colonialismo quanto dos reinos e impérios pré-coloniais, e baseia-se tanto nas leis do Estado de direito, como em tradições políticas ancestrais, bem como se aproxima e se afasta das religiões, constituindo-se numa instituição complexa de ser gerida e compreendida.

A compreensão do Estado africano pode ser encontrada em seu interior e nas suas conexões com o mundo exterior, em seus aspectos institucionais de poder, nos órgãos centrais de decisão, nos governantes e administradores, nas instâncias de negociação e compromissos, nas atividades produtoras de bens e serviços públicos, permeadas, todas, por valores tradicionais e modernos. O debate sobre o Estado africano é extenso, e a literatura apresenta muitas visões históricas, análises do presente e propostas alternativas.

Quando se indaga acerca da tradição no Estado moderno africano, é muito comum referir-se à poligamia, à excisão feminina, às redes de solidariedade, às hierarquias e obrigações sociais, ao peso dos ancestrais, às obrigações dos mais jovens, aos ritos e cultos das religiões pagãs, aos usos e costumes regionais e étnicos, bem como à forma como os africanos se relacionam em suas economias domésticas com o poder.

Quais destas questões são incompatíveis com o projeto de modernidade? Quais se chocam com os valores universais? A partir daí, novas questões podem ser colocadas. O que se pretende como modernidade hoje em dia? Há um século, a modernidade se propunha a “civilizar” os “selvagens”, fazendo-os aceitar a religião cristã, o hábito de se vestir, a responsabilidade para com o trabalho (sobretudo esta), entre outras. Sabe-se bem, hoje, em que consistiu realmente esta “civilização” por meio do colonialismo. O trabalho forçado, a migração, o cultivo obrigatório, o pagamento de impostos em moeda, o castigo corporal, a prisão, os massacres, o degredo, o não reconhecimento da cidadania, a segregação legal e o subdesenvolvimento. Este foi o lado da modernidade que coube às colônias africanas. Em contrapartida, os colonizados forneciam seu trabalho, cujo produto era apropriado e transferido para a metrópole. Esta se enriquecia, capitalizava-se, criava infraestrutura em seu território (europeu), instruíam-se e cultivavam-se. Civilizou-se a ponto de exigir dos africanos, não sem sua participação e cumplicidade, quando já cidadãos soberanos, a adoção das normas “civilizadas” do momento: primeiro o desenvolvimento e o Estado forte, depois as liberdades e o Estado mínimo; primeiro a ditadura, depois a democracia.

O direito à vida, à felicidade, à democracia, à liberdade e ao progresso, tidos como valores universais, são abstrações genéricas que se desdobram em procedimentos, instituições, prazos e ritos particulares, variando de acordo com a região, a etnia e o país. Como compatibilizar estas questões e dar ao valor universal um caráter histórico? A poligamia, por exemplo, não pode ser criticada fora de seu contexto histórico-social. Se as práticas concretas que a constituíram não mudarem, dificilmente ela irá se extinguir. O que se observa, ainda no século XXI, são sociedades domésticas vivendo quase como antes, em seus aspectos produtivo, cultural, religioso e político. Não é a proclamação da monogamia como valor universal e a repressão à sua prática que porá termo à poligamia. Seu fim se aproximará quando não mais existirem suas bases materiais. Mais complexos ainda são os valores religiosos que, dominados pela fé e crença individual, deslocam-se facilmente para outras bases materiais, continuando, assim, a vigência de valores mágicos em sociedades científicas.

Resumindo, utiliza-se o modelo de Estado ocidental como referência, apoiando-se em dados concretos, para concluir que os africanos não têm condições de gerir seu Estado, e, portanto, devem ser os ocidentais a fazê-lo (como durante o colonialismo) ou, então, que se destituam estes Estados, retornando aos reinos e às tribos de antigamente, permitindo uma governança local, regional, “adaptada” aos africanos.

A tarefa hoje empreendida pelos africanos é reelaborar o conceito de *democracia africana* de forma a definir um modelo de Estado que incorpore os processos históricos e culturais africanos, assim como os avanços da ciência neste terceiro milênio. Esta tarefa não é apenas um esforço epistemológico, da razão, mas fruto da prática social empreendida. Entretanto, a atual crise do Estado segue acompanhando as dificuldades sociais vivenciadas pelo continente e a crise de identidade que o próprio modelo ocidental experimenta atualmente. O processo de mundialização mistura cada vez mais as histórias do continente com as do resto do mundo, de modo que são influenciados e influenciadores, explicitando que as responsabilidades históricas e a busca por um novo modelo são tarefas de todos e não apenas dos africanos. Com a crise de 2008, o modelo neoliberal vem sendo questionado e acenam-se possibilidades e novas perspectivas.

1.1 A experiência africana

O nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto.

Hobsbawm

Após as independências nos anos 1960, o debate travou-se entre os pró-capitalistas e os pró-socialistas, embora se discutisse manter a tradição na modernidade.

O que conservar da história passada? Adotar o idioma do colonizador como idioma nacional ou dar preferência a um idioma local? Manter as fronteiras delineadas na virada do século XX, após a Conferência de Berlim, ou redesenhar outras? Que sistema de governo assumir, monarquia ou república? Estes, entre outros temas, foram analisados pelos dirigentes e intelectuais da época e influenciaram a criação das nações. Poucos Estados mantiveram os reis tradicionais no poder, como a Suazilândia, que ainda o mantém. Todos adotaram o idioma do colonizador como língua comum, com exceção da Somália, que já possuía língua própria nacional. Da mesma forma, optou-se, já na criação da Organização da Unidade Africana (OUA), em 1963, pela manutenção das fronteiras coloniais e por governos nacionais, apesar da grande influência dos pan-africanistas entre os dirigentes.

O Estado africano, na segunda metade do século XX, foi moldado por africanos, que lutaram – de uma maneira ou de outra, detendo maior ou menor legitimidade interna – seguindo o modelo de plena *pax americana*, vitorioso politicamente na luta anticolonial, bem como vigoroso economicamente.

O Estado apresentava-se como modernizador, transformador das tradições que emperravam o desenvolvimento, sendo centralizador e forte, quando não ditatorial, capaz de definir e executar políticas públicas e participar ativamente de toda a vida social e econômica da sociedade. O futuro seria promissor, o resto seria discussão saudosista. Discutia-se a dosagem, não o medicamento. O grande debate girava em torno dos ideais capitalistas e socialistas (o que não era pouco).

Na literatura presente, identificam-se muitas críticas que afirmam ter sido o Estado pós-colonial apropriado por ditadores sanguinários, pessoas inescrupulosas, e isto, portanto, seria o mal do continente.¹ Esquecem que estas pessoas existem não apenas na África, mas em todo lugar, e ainda estão por aí. A pergunta correta seria: por que, naquele momento, ditadores comandaram as nações? Aliás, na mesma época, fazia-se o mesmo em outras partes do mundo, principalmente na América Latina. O que se observa não é o Estado mudando porque mudaram os homens, mas mudaram-se os homens, ou seus estilos, porque mudaram as políticas econômicas. Aqueles homens eram os exigidos para a tarefa pleiteada, sendo alguns mais competentes, outros mais simpáticos. Na África, muitos dirigentes continuaram no poder, tendo mudado radicalmente de atitude e de pensamento político. Aquele modelo, nas circunstâncias da Guerra Fria, facilitava, quando não exigia, ditadores.

Com a crise dos anos 1980, como reféns que estavam das doações internacionais para suportar as crises internas, os Estados africanos foram constrangidos a adotar o modelo neoliberal. Naquele momento, combatia-se o

1. Como, por exemplo, Biyouidi-Mampouya (2008).

Estado forte anterior, propondo-se a privatização e a descentralização das suas funções, as liberdades civis, a boa governança e a liberdade de circulação do capital. Os valores tradicionais africanos afloraram no vácuo de poder, incentivados pelas organizações não governamentais (ONGs), pelas religiões e pelos discursos dos *experts* internacionais e suas organizações, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Afinal, preconizavam, se a modernidade não é mais pela via da industrialização ou da criação de um mercado interno, para que modernizar as mentes? Se a modernidade é ecológica, os nativos devem voltar às suas culturas, produções, ritos e religiões. Estas posições foram endossadas por diversos dirigentes africanos e divulgadas pelas ONGs.

No segunda década do século XXI, ainda sofrendo os desgastes decorrentes da baixa produção, da crise econômica e política, das guerras civis, das questões endêmicas na área da saúde e da destruição dos sistemas de ensino, apesar de apresentar sinais de recuperação nos indicadores econômicos nos últimos anos e de ter conquistado novos parceiros internacionais, a África não tem um novo modelo de Estado para o seu renascer. Faltam elementos teóricos e práticos, mas já se tateia, especula e critica em vez de se lamentar; buscam-se novas formas de participação e, em alguns lugares, as massas começam a tomar as ruas, para desespero dos governantes e das classes dominantes, mostrando a esperança de mudança.²

Aceitar e compreender o peso das etnias e das regiões, bem como das religiões africanas, tradicionais ou sincréticas, no interior das instituições estatais e nos processos de decisão, é fundamental para se conceber seu funcionamento.

Para além do racionalismo próprio das instituições públicas, o Estado africano é um lugar de poder, no sentido tradicional, com funções primordiais na sociedade (de solidariedade e obrigações), e, enquanto a sociedade continuar com relações pré-contratuais, baseadas em relações extraeconômicas, este poder seguramente irá continuar. E há motivos para se crer que grupos e países que mantenham relações externas com o continente continuem interessados em manter as relações internas africanas pré-capitalistas ou pós-modernas, da mesma forma que o povo vem buscando formas de participação nas decisões.

Nesse contexto, a classificação do Estado africano em cinco períodos – *i*) tradicional (ou pré-colonial, até o século XIX); *ii*) colonial de exploração (de fins do século XIX até a Segunda Guerra); *iii*) colonial de valorização (da Segunda

2. A esse respeito ver os acontecimentos em Moçambique no início de setembro de 2010, onde manifestações populares contra o aumento do preço do pão, e do custo de vida em geral, provocaram o recuo do governo, deixando mais de uma dezena de mortos. “No momento de avaliar a situação vivida (e que provavelmente se repetirá, não somente em Moçambique mas em outros países africanos, como em 2008 quando explodiu, pelas mesmas razões a ‘revolta da fome’, com o aumento do preço do arroz em muitos lugares do continente, é evidente que ‘há algo de podre no reino da globalização’” (UNAC, União Nacional de Camponeses, Moçambique, 2010).

Guerra ao início dos anos 1960); *iv*) independente desenvolvimentista (até os anos 1980); e *v*) Estado neoliberal (dos anos 1980 aos dias atuais) – ajuda a compreender as mudanças que promoveram, em cada um destes momentos, seus tipos de governos, de instituições, de políticas econômicas, sociais e culturais específicas, conferindo-lhes uma “cara” própria em cada tempo, à luz das pressões internas e externas, modernas e tradicionais.

2 OS ESTADOS AFRICANOS ATÉ O SÉCULO XIX

A África experimentou diversas formas de organização social, das sociedades segmentares aos modelos centralizados. A distinção entre as sociedades sem Estado e os sistemas centralizados³ propõe que as primeiras se baseiam nos grupos organizados em torno da família patriarcal alargada, com patrimônio comum, os clãs, enlaçadas em conjunto pela etnia, com a autoridade de um ancião. Por sua vez, os sistemas centralizados conservam estratificações sociais com configurações de castas e de ordens, indo dos sultanatos aos reinos e Estados.

Grandes impérios da África Ocidental, como o de Gana, no século VIII, o de Mali no século XIV, o de Songai e Bornu, no século XVI, organizaram-se politicamente apoiando-se no comércio com o mundo árabe. Suas cidades erguiam-se ao longo dos rios e atingiram grandes espaços territoriais. Caracterizavam-se pela ligação entre o religioso e o político, pela personalização do poder, pela ausência da escrita e pela organização descentralizada. O poder central detinha o monopólio dos bens materiais e vivia de tributos em bens e homens, com rendas de impostos sobre a colheita e o gado, requisições de metais, taxas aduaneiras e butins de guerra. Alguns impérios tinham como base econômica o tributo, como o wolof, no Senegal, ou as cidades hauçás na Nigéria.

As trocas tinham existência num mercado local, e o comércio de média e longa distância dependia da segurança das rotas. Exportavam ouro, escravos, noz-de-cola, goma, marfim e peles; e importavam barras de ferro e cobre, pérolas e tecidos. Apesar de seus poderes econômicos, comparáveis aos árabes e aos comerciantes genoveses e venezianos, estes Estados não realizaram conquistas marítimas nem aprofundaram uma economia local.

Embora tenha havido moedas circulando em regiões africanas desde há muito tempo, elas não serviam para compra, mas para o pagamento de dívidas, mantendo-se paralelas às moedas da economia mercante. Tais foram os casos dos cauris, das pérolas, das barras de sal ou de ouro, que eram equivalentes a bens materiais ou humanos, como as mulheres nas alianças matrimoniais ou os homens em contexto de guerra.

3. Sobre esse assunto, ver Evans-Pritchard e Meyer-Fortes (1964).

A circulação monetária, entretanto, atingia apenas parte da sociedade. As redes mercantis monetarizadas, fiscais ou tributárias, não conduziram a uma sociedade monetarizada, com débitos e créditos, que possibilitassem a transferência de posses ou propriedades de bens reais ou simbólicos (HUGON, 2009). Assim, a moeda não se interiorizou no continente africano. Ela não assumiu todas as funções da economia capitalista: equivalente geral, meio de troca e de pagamento, meio de entesouramento e pagamento deferido ou base de acumulação. Nas economias de dom das sociedades segmentárias pouco estratificadas, o doador se afirma como superior ao donatário. Quem recebe fica obrigado a retribuir com um contradom mais adiante, ou seja, é um devedor. Ao contrário, nas sociedades hierarquizadas, o tributo entregue é a marca da sua submissão ao soberano que a recebe. A circulação de bens de prestígio expõe os laços entre riquezas e poder, sendo o poder um acúmulo de laços sociais e de bens simbólicos e não apenas materiais.

Se tivermos que fazer uma justa repartição entre uns e outros, o número de sociedades africanas com organização política em separado, os impérios, reinos, cidades-Estado, chefaturas ou sultanatos, será certamente mais elevado que o das sociedades ditas classicamente sem Estado, contrariando, assim, a visão de uma África tradicional em forma de mosaico clânico e tribal ou de sociedades recém-saídas de uma humanidade pré-histórica (DOZON, 2008, p. 24. Tradução livre).

E isso considerando-se que grupos de filiação e linhagens constituem um dos vetores essenciais desses Estados (notadamente no plano da organização dinástica), e que os deslocamentos das populações tornam móveis e incertas as fronteiras.

Os Estados pré-coloniais africanos garantiam a unidade, a ordem e a defesa dos territórios que conquistavam, e, ao se instalarem com os órgãos administrativos, judiciários e militares, desorganizavam a organização social anterior. Ou seja, eram estruturas dinâmicas e em constante transformação. Eram sociedades que conheciam a divisão social, tinham aristocratas, religiosos e homens do campo, livres e escravos, e, ainda, diversas castas fechadas por proibições, como as de ferreiros, músicos e escultores.

Estas sociedades possuíam, desde longa data, tradição e cultura estatal, mesmo se não tiveram, em conjunto, grande duração e capacidade de controlar os seus territórios. Eram sociedades nas quais havia divisão entre opressores e oprimidos, explorados e exploradores, isto é, conheciam os mecanismos de dominação e exploração. Numerosos reinos africanos continuam ainda em vigor. Os reis ascendem legitimamente ao trono e exercem suas obrigações, e as aristocracias e as castas manifestam seus *status*, mesmo quando isto é oficialmente proibido em seus Estados atuais.

Além dos sistemas políticos, a África Sul-saariana possui um universo de crenças, de ritos e representações dos vivos e dos mortos, também objeto

de preconceitos pelos ocidentais. A “religião do fetichismo”,⁴ inventada no século XVIII, foi apresentada como uma mágica a ser depreciada e passou a ser vista como obra do demônio até os dias de hoje.

As religiões tradicionais giram em torno de entidades mitológicas, ancestrais e espíritos, organizados em sistemas simbólicos e culturais que atuavam nas organizações políticas e sociais. Assim, a linhagem perdurava coletivamente pelos laços genealógicos, mas também pelo mito fundador e pela lenda comum, que os colocavam diante das mesmas obrigações e interdições. Os reis eram acompanhados de sacerdotes e identificados com poderes sobrenaturais, misturando o poder divino com o poder terreno, o que não os diferenciava das monarquias ocidentais.

Os sistemas simbólicos e culturais, entretanto, eram regidos pelos movimentos históricos e sofriam mudanças contingenciais. Em situações de miséria ou de epidemias, as populações mudavam de território e abandonavam suas divindades, o mesmo acontecendo nos conflitos e nas crises institucionais. Grupos abandonavam seus cultos e se apropriavam dos cultos vizinhos, demonstrando grande flexibilidade para se moldarem às circunstâncias.

Essa capacidade de adaptação se aplica também ao contato com o islamismo e o cristianismo. As artes teúrgicas e divinatórias do Islã se acomodaram aos sistemas locais. Com o cristianismo, símbolos como a cruz foram incorporados ganhando novos sentidos, originando cultos sincréticos. Por estes motivos, as palavras feitiço, fetichismo e animismo não dão conta do paganismo africano (DOZON, 2008).

A presença do cristianismo na África remonta aos primeiros séculos da nossa era, nas regiões setentrionais e orientais. A partir do século XV, ao longo da costa atlântica, os europeus evangelizaram os refugiados da escravidão, os banidos e os comerciantes que se vinculavam à economia dos entrepostos mercantis. Entretanto, o grande movimento missionário cristão é contemporâneo das colonizações europeias, avançando sobre a África Sul-saariana ao longo do século XIX e participando da constituição de novos territórios e formações estatais. Sua participação na empreitada colonial teve um papel relevante na África Central, Austral e Oriental, mas, de menor influência na África Ocidental, onde foi barrado pela presença do Islã.

A “invenção da África”⁵ foi a forma pela qual os colonizadores se apropriaram do paganismo africano e o classificaram segundo seus interesses. Identificaram os deuses pagãos, e os que pudessem ser comparados ao cristianismo eram classificados como civilizados; caso contrário, eram demonizados.

4. Pioneiro nesse estudo foi Charles Brosses, que publicou, em 1760, em Genebra, *Du culte des dieux fetiches ou Parallèle de l'ancienne religion de l'Égypte avec la religion actuelle de la Nigritie* (cf. Dozon, 2008).

5. Expressão usada por Mudinbé (1988).

Esse procedimento contou com a participação de africanos, sobretudo por meio do sincretismo religioso, que misturaram componentes dos cultos e culturas locais com aspectos do cristianismo para lutar contra o fetichismo e a feitiçaria dos próprios cultos locais. Nesse contato, o costume africano de mudar os ritos e divindades decorria da noção de que seus deuses não estavam mais os protegendo das penúrias coloniais. Os “homens fortes”, profetas ou “soberanos modernos”, passaram a ocupar o lugar dos “objetos fortes” que faziam parte do mundo mágico.⁶ Este fenômeno proliferou também nos territórios muçulmanos, com movimentos messiânicos proclamando o retorno ao Corão contra os colonizadores.

3 O ESTADO COLONIAL DE EXPLORAÇÃO

No caso da economia colonial, a conceituação e a quantificação do excedente econômico e da acumulação devem levar em consideração que parte significativa do excedente era transferida para fora do território, principalmente para a metrópole, isto é, quase nada se acumulava internamente – fato caracterizado como economia de exploração colonial.

Desde o século XIX, e até as independências, os mecanismos de acumulação estiveram vinculados intimamente às relações com o exterior, uma vez que as sociedades domésticas praticamente não acumulavam.

Após a Conferência de Berlim,⁷ as potências institucionalizaram o desenvolvimento da economia de *plantation* orientada para o exterior, baseada em capital europeu. Cresceram, dessa maneira, as grandes sociedades para exportação de produtos agrícolas para a Europa, conhecidas como companhias concessionárias ou majestáticas.

As metrópoles emitiam cartas de soberania concedendo amplos poderes a grupos de capital. Estes investiam nas colônias com objetivos econômicos, pagando uma taxa à metrópole, que, assim, via-se livre dos encargos da administração. Na maior parte dos casos, essas companhias substituíam o Estado em todas as suas funções, mas, sobretudo, recrutando e organizando (e reprimindo quando necessário) a mão de obra para os empreendimentos produtivos. Os sucessos financeiros destes empreendimentos foram diversos, dependendo da região e da colônia, mas, em todas as situações, a espoliação dos povos africanos foi brutal.

6. Sobre isso, ver o movimento do início do século XX, de Willian Wade Harris, na Costa do Marfim, antigo missionário liberiano. O movimento harrista tomou grandes proporções, buscava a conversão ao cristianismo e lutava contra o fetichismo e a feitiçaria. Conclamava a adesão em função da superioridade do deus do colonizador, por suas conquistas e vitórias, bem como por suas capacidades administrativas e científicas.

7. A Conferência de Berlim ocorreu em 1884-1885 e definiu os critérios para a partilha da África entre as potências europeias.

3.1 O pacto colonial

O pacto colonial africano,⁸ formalizado ou não, foi a forma específica encontrada pelo capitalismo europeu para transferir renda das sociedades domésticas aos proprietários do setor industrial das metrópoles. Ele se pautava num conjunto de leis e procedimentos jurídicos, geralmente impostos pela força à população africana, podendo ser assim sintetizado:

- *a cultura obrigatória*: obrigava as populações rurais a cultivarem para a exportação os produtos indicados pela metrópole, tais como algodão e cacau, entre outros;
- *o trabalho forçado*: consistia no recrutamento forçado, e, na maioria das vezes, com baixíssima remuneração, para as obras de infraestrutura (portos, estradas) ou para empresas privadas coloniais, particularmente nas fazendas e minas; e
- *o pagamento de imposto*: obrigava os africanos a pagarem impostos na moeda do colonizador. Para isso, deveriam se assalariar e/ou produzir para o comércio. Foi uma política importantíssima para a monetarização das populações africanas.

Esses foram os fundamentos econômicos do colonialismo na África. A eles agrega-se o *condicionalismo industrial*, política que permitia a implantação de indústrias em solo africano somente quando não concorressem com as metropolitanas.

Esse conjunto de medidas integrou milhões de africanos à economia-mundo sem os retirar de imediato das suas sociedades domésticas. Foi este modo de incorporação da África à economia-mundo que levou o continente ao subdesenvolvimento. Estes trabalhadores ficavam amarrados a um sistema de exploração que os impedia de melhorar suas condições de vida. O que passou a existir para eles foi a visualização de outro mundo material e cultural que, entretanto, nunca lhes seria acessível.

3.2 Articulação de modos de produção

Durante a ocupação colonial, a economia baseou-se numa articulação complexa que envolvia dois modos de produção. De um lado, as unidades criadas e geridas no sistema capitalista (empresas agrícolas e mineiras modernas), que serviam aos interesses das metrópoles e se valiam das relações capitalistas (trabalho assala-

8. Trata-se do pacto colonial para a África, que teve início no final do século XIX, quando o capitalismo já vivia a sua segunda revolução industrial, e durou até a Segunda Guerra. Não confundir como o pacto colonial que vigorou até a independência do Brasil, entre europeus, brasileiros e africanos. Este, na verdade era um pacto entre os colonialistas da metrópole e a administração colonial na colônia, e não entre colonizadores e africanos.

riado) e, de outro, a economia da sociedade doméstica, que produzia segundo modos e valores próprios, ditos “tradicionais”.

A sociedade doméstica, não moderna, classificada como “atrasada”, era a que continuava alimentando o africano – futuro trabalhador nas obras de infraestrutura, nas minas e nas plantações – e o acolhendo quando este não fosse mais necessário ao setor capitalista.

O colonialismo impôs-se na África sobre sociedades estruturadas e estabeleceu relações de exploração específicas. Contudo, ele não retirou das mãos das massas a propriedade do solo, condição primeira para a produção capitalista (como postulava Marx). Não generalizou, assim, a organização do trabalho assalariado. Deixou a sociedade doméstica com suas próprias relações sociais, que foram conservadas e/ou adaptadas para servir aos interesses coloniais.

A exploração colonial, como explica Meillassoux (1977), por meio do conceito de articulação entre modos de produção, é o resultado da reprodução da força de trabalho barata e da transferência (punção) da renda da sociedade doméstica para a capitalista.

Sabe-se que, nos países subdesenvolvidos, a agricultura alimentar permanece quase inteiramente fora da esfera de produção do capitalismo, ficando direta ou indiretamente em relação com a economia de mercado, pelo fornecimento de mão de obra alimentada no setor doméstico ou por intermédio de produtos de exportação produzidos por cultivadores alimentados com as suas próprias colheitas. Esta economia alimentar pertence, portanto, à *esfera da circulação* do capitalismo, na medida em que o aprovisiona em termos de força de trabalho e de produtos, enquanto permanece fora da *esfera de produção* capitalista, dado que o capital não investe nela, e as relações de produção são de tipo doméstico e não capitalista (MEILLASSOUX, 1977, p. 155-156).

As relações entre os setores capitalista e doméstico não podem ser consideradas vinculações *per se* suficientes para explicar a troca desigual. A relação se estabelece entre setores em que predominam relações de produção diferentes. É por intermédio das relações orgânicas entre as economias capitalista e doméstica que entram em cena os meios de reprodução de uma força de trabalho barata em proveito do capital.

A obtenção da força de trabalho barata significa que o capitalismo encontrou, na manutenção da sociedade doméstica, a forma de aumentar a extração do sobretrabalho, pagando um salário inferior ao seu valor. Isto se dá porque a força de trabalho, quando não está empregada “produtivamente” pelo capital, assume tarefas na sociedade doméstica.

Os custos de formação da força de trabalho até a idade produtiva, bem como dos cuidados que esta recebe em caso de incapacidade e de velhice, não estão incluídos nos salários. Do tempo de trabalho socialmente necessário que constitui o valor do salário, são diminuídos os custos produzidos na sociedade doméstica. Entra nos cálculos somente o que é produzido pela sociedade capitalista. Como, para o capitalismo, a única sociedade é a capitalista, ela só considera “socialmente necessário” o que ela mesma produz.

O impulso da exploração nos países desenvolvidos depende fundamentalmente da produtividade do trabalho para a obtenção de mais lucro. A articulação de modos de produção oferece a possibilidade de se obter um lucro superior àquele que se obteria nas condições *normais* de extração da mais-valia, sem aumento de produtividade. Desta forma, a renda, categoria pré-capitalista, foi recuperada pelo capital para a exploração da comunidade doméstica. O capital serviu-se das estruturas desta comunidade, recorrendo a imposições extraeconômicas, geralmente violentas, para extrair a renda parcial ou total do trabalho dos camponeses. Assim, a mão de obra doméstica que realiza trabalho na agricultura comercial ou nas atividades não agrícolas, como minas e construção civil, ao ser explorada individualmente, transmite uma exploração adicional, a exploração da comunidade doméstica (NUNES, 2000, p. 188). Neste arranjo, quanto maior for o rendimento do capital, mais a comunidade doméstica é onerada.

Convém assinalar que o trabalho migrante exerce forte influência ideológica, pois contribui para a inversão da causa da miséria para o trabalhador. O mineiro moçambicano, por exemplo, considerava as minas sul-africanas como locais onde se ganhava dinheiro em comparação com os fracos rendimentos monetários que poderia obter na sua comunidade. Frequentemente o trabalho assalariado parecia-lhe um modo de fugir da miséria – por lhe permitir adquirir bens que o integravam socialmente – e não a causa desta sua condição.

O colonialismo não atuou para promover a substituição da produção doméstica pela capitalista. Não se trata simplesmente da destruição de um modo de produção por outro, mas da organização contraditória das relações econômicas entre os dois setores, capitalista e doméstico, um preservando o outro para lhe subtrair a sua subsistência, e, ao fazê-lo, destruindo-o (MEILLASSOUX, 1977, p. 159).

Essa noção de organização contraditória das relações econômicas e das visões de mundo diferentes é importante para se compreender o comportamento das populações. Estas não são agentes passivos. A articulação é um jogo de forças e a comunidade doméstica possui, mesmo que subordinada, meios de se defender das transformações. Há uma independência relativa do setor doméstico em relação ao capitalista, a qual se torna mais evidente em certas circunstâncias históricas.

Contudo, se, por um lado, essa articulação preservava a economia doméstica para explorá-la, por outro, ela continha os elementos da sua destruição no longo prazo.⁹

3.3 O tradicional e o moderno

Os Estados coloniais eram sistemas administrativos, jurídicos e políticos criados pelos Estados-nação europeus e serviram economicamente a estes, mas tiveram uma grande capacidade simbólica, especialmente a de gerar entre os colonizados o sentimento de fazerem parte de um mesmo conjunto territorial. Foram Estados de exceção, se comparados aos Estados europeus, pois, internamente vigia o regime do *indigenato*,¹⁰ pelo menos nas colônias francesas, portuguesas e belga. Foram nestes Estados de exceção que os africanos tiveram relações de poder com os brancos e expressaram as suas iniciativas e lutas nacionais.

Pela economia monetarizada, pela organização administrativa e fiscal, pela educação e pela cristianização, o Estado colonial marcou as populações sob sua governança do ponto de vista racial, étnico, religioso e de costumes. Os Estados coloniais foram Estados de exceção, até o fim do regime de indigenato, por dois motivos. Um, porque derogou as leis que prevaleciam nas metrópoles, submetendo as populações locais e proibindo as liberdades públicas. Outro, porque, em seus territórios, houve uma reinvenção e atualização constante das tradições. É o caso de costumes sociais que conheceram novos desenvolvimentos, como o dote e os funerais, que ganharam importância ao se monetizarem.

Esse Estado é que fez Aimé Césaire (1976) afirmar que o colonialismo não é apenas nefasto para quem o sofre, mas também para quem o pratica. Apesar de ter durado por curto período de tempo, a colonização europeia não foi um parêntese na história africana (DOZON, 2008). As marcas territoriais e estatais que se criaram, em que pese o caráter arbitrário, foram de inegável eficácia simbólica e apropriadas pela população colonizada. Assim, as nacionalidades isoladas, o angolano, o senegalês, o moçambicano, o malinês etc. tornaram-se referências identitárias para si e para os outros.

As colonizações europeias demarcaram territórios, delimitando as fronteiras e inventariando as populações, visando à exploração econômica, evidentemente.

9. A manutenção da sociedade doméstica não a impedia de ser influenciada por valores e técnicas capitalistas, como a introdução de instrumentos agrícolas, de saúde e educacionais, que modificavam seus costumes e regras de conduta.

10. O regime do indigenato não reconhecia aos nativos as leis do Estado de direito, pois estes não eram considerados cidadãos. Os nativos eram regidos pelas leis consuetudinárias, mas deviam obrigações, como o trabalho obrigatório, o pagamento de imposto etc. ao Estado colonial. Previa, ao menos em lei, que o indígena poderia passar a ser cidadão, isto é, pelo processo de "assimilação", no qual adquiria a cultura europeia. O regime do indigenato esteve vigente nas colônias francesas até 1946, e nas colônias portuguesas até 1961. Nas colônias inglesas, o sistema baseava-se na segregação, em que não havia a possibilidade de assimilação, sendo todos súditos de Sua Majestade, sem possibilidades de transferências de uma a outra cultura. Na prática, os dois modelos funcionavam de forma a permitir participação submissa e exploração brutal dos povos africanos.

Com isso, cortaram formações econômico-sociais em duas ou três. Em contrapartida, constituíram aparelhos modernos de Estados e vincularam às instâncias de poder o conhecimento sobre as populações colonizadas, para administrá-las e controlá-las. Era o *Estado etnográfico* e administrativo que dava nome e caracterizava a população nativa.

A *etnicização* dos territórios coloniais, que deu origem ao africanismo ocidental, foi obra de cientistas sociais ingleses e administradores diretos franceses, belgas e portugueses. O trabalho etnográfico consistia em denominar étnica ou racialmente, bem como caracterizar, avaliar e hierarquizar os grupos sociais. As populações, “raças” e “etnias”, regidas por ordens sociais complexas, especialmente os reinos, eram mais bem consideradas que as que não dispunham de poder político específico. Os primeiros eram considerados “civilizados”, os outros, “selvagens”. Da mesma maneira, os grupos islamizados eram mais bem apreciados que os grupos “qualificados” de animistas ou fetichistas. A atitude de colaboração de um grupo frente à potência colonizadora também era considerada nas avaliações (AMSELLE e M'BOKOLO, 1985; LOPES, 1997; DOZON, 2008)

Os europeus não criaram as etnias, embora tenham inventado tribos e nomes que não existiam. As classificações que fizeram entre as “etnias” e as sociedades tomaram um significado colonial que teve graves consequências, podendo-se citar o caso dos hutus e tutsis.

A relação entre população e Estado tem sido quase sempre problemática. A relação entre o Estado e a componente nacional da população reflete a existência de uma comunidade política de um Estado-nação.

Ora, a maior parte dos Estados africanos são multiétnicos ou multinacionais, e a força das sociedades plurais organizadas em torno da etnia, da região, da língua, da raça etc. relativiza o monopólio estatal da obediência cidadã. A co-ocorrência da obediência à etnia e ao Estado não constitui em si um fator de crise do Estado: os indivíduos na África, como em outros lugares, estão constantemente diante de uma situação de julgamento de identidade; estão numa sobreposição de papéis: a título de exemplo, ser fang e gabonês não é mais complicado que ser ao mesmo tempo fiel a uma igreja, militante de um partido político, membro de um sindicato e francês. São as circunstâncias de momento e/ou de lugar que determinam a prioridade a uma ou outra identidade; ficando entendido que a afirmação étnica não é *a priori* incompatível com a afirmação nacional (SINDJOUN, 2002, p. 45. Tradução livre).

Após as primeiras décadas de colonização, detectaram-se movimentos de retorno às feitiçarias e rituais antigos. O avanço da modernidade, a economia mercantil, os novos produtos e a instrução dos jovens propiciaram um desenvolvimento desigual entre as pessoas e os grupos. Os que se beneficiaram da modernidade se aproximavam das crenças ocidentais, e os que ficavam de fora tendiam a retornar às suas crenças tradicionais, criando tensões no meio social.

A busca dos feitiços apresentava um caráter defensivo dos processos de modernização, uma vez que parte significativa das sociedades ficava de fora dos seus benefícios. Contraditoriamente, foi do seio dos que se beneficiaram e se aproximaram das religiões modernas que surgiram os líderes nacionalistas em muitos países. Entretanto, a modernização das condições de vida e de trabalho não são incompatíveis com a perpetuação ideológica das formas preexistentes do controle social e político sobre os dominados. Mantiveram-se, assim, valores e práticas modernizantes e tradicionais que se sobrepunham.

Em suma, este Estado colonial marca a brutal exploração do homem africano e da sua sociedade, mas também a proliferação das atividades místicas e feitiçarias, bem como dos movimentos proféticos¹¹ que se instalavam para erradicar as práticas feitiçarias. Este período é marcado também pelas conversões dos africanos ao catolicismo e ao protestantismo, assim como pelo fortalecimento do Islã, sobretudo nos países do Sahel, por meio das confrarias marabúticas e das redes comerciais.

As igrejas cristãs, ao sul, sendo local de aglutinação, ensino, assistência médica e ajuda social, influenciaram os compromissos sociopolíticos, colocando-se ao lado dos governantes coloniais ou abrindo espaço à oposição e à resistência, tal como os islâmicos, ao norte.

4 O ESTADO COLONIAL DE VALORIZAÇÃO

Com o fim da Segunda Guerra, a situação se modificou. Os EUA, grandes vencedores, não possuíam colônias, e o capitalismo europeu estava em reestruturação interna.

Se fizessem esforços no sentido de melhorar as condições de vida dos africanos e aumentar a riqueza na África, então, a Inglaterra, a França e a Bélgica poderiam ali vender mais mercadorias e propiciar mais empregos para os ingleses, franceses e belgas produzirem estas mercadorias em solo europeu. Além disso, em contrapartida, obteriam mais gêneros alimentícios e matérias-primas dos seus domínios africanos.

Para iniciar essa espiral de desenvolvimento seria necessário um maior investimento nas colônias. Caso os investidores privados não pudessem ou não quisessem proceder dessa forma, devido à depressão no mercado monetário ou por estarem relutantes em aplicar em especulações na África, então, o Estado nacional faria estes investimentos (FAGE, 1997, p. 438).

11. Movimentos proféticos foram importantes, como o kimbanguismo, de Simon Kimbangu, que criou a Igreja de Jesus Cristo no Congo belga e atuou com o Abako, principal partido congolês, contra o fetichismo e o colonialismo simultaneamente.

O processo de valorização das colônias foi uma política voltada para beneficiar as metrópoles. Dava atenção particular à concorrência que os produtos estrangeiros faziam às mercadorias metropolitanas na colônia. A conquista dos mercados coloniais pela indústria metropolitana deu-se por meio de fortes barreiras protecionistas, de natureza aduaneira, ou de restrições quantitativas às importações estrangeiras.

Depois de Bretton Woods, o padrão dólar como moeda internacional tornou-se importante para os países europeus em reconstrução defenderem suas reservas em divisas fortes, principalmente em dólar americano. Por isso, os Estados coloniais criaram zonas de livre câmbio monetário de suas moedas com as respectivas colônias. Desta forma, apareceram na África as zonas da libra, do franco, do escudo português e do rand – com esta, a África do Sul saldava suas contas com seus vizinhos (LEITE, 1989; FAGE, 1987).

As perspectivas de desenvolvimento, a criação de indústrias, os investimentos no campo e a urbanização começaram a transformar rapidamente a geografia africana e produziram reflexos profundos no pensamento africano, que se estruturou em nacionalista. As condições objetivas forneciam a base para que os próprios africanos estivessem à frente deste processo de modernização. As condições subjetivas se manifestaram claramente no V Congresso Pan-Africano de 1945,¹² em Manchester, em que se propôs, pela primeira vez, a independência total das colônias para os africanos, ou seja, o poder político total, inclusive pela luta armada, se necessário fosse, ultrapassando as reivindicações por melhorias e igualdade no sistema colonial dos congressos anteriores.¹³

As lutas nacionais floresceram nesse ambiente, culminando, no final da década de 1950 e no início de 1960, com a independência de todos os países africanos, com exceção das colônias portuguesas Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, que se libertaram em 1975; do Zimbábue, em 1980; da Namíbia em 1990; da Eritreia, em 1993; e do Saara Ocidental, que continua como colônia do Marrocos.

O nacionalismo africano, entretanto, como expressa Sindjoun (2002), não é apenas um “nacionalismo de combate”, forjado na luta anticolonial, como defendido por Badie e Smouts (1992), mas é também um “nacionalismo de governo”, mobilizado pelos dirigentes para se legitimarem diante da população e assegurarem a identificação da população com o Estado, reprimindo as tentativas de secessão, como as ocorridas na Nigéria nos anos 1960.

12. O V Congresso, embora tenha tido W.E.B. Du Bois como presidente, que também presidiu os congressos anteriores, teve George Padmore e Kwame Nkrumah como seus organizadores e maiores influências.

13. A África do Sul era independente desde 1910, mas dirigida por uma minoria branca.

As políticas de modernização e valorização econômica trouxeram para expressão pública as elites locais modernizantes, o que fez das colônias um local menos propício às feitiçarias. A ciência entrava na ordem do dia. A partir daí, os espaços públicos africanos deixaram de ser religiosos ou mágico-religiosos para serem especificamente políticos, com seus partidos, sindicatos e imprensa constituindo um novo Estado. A visão nacional e a ciência passaram a ocupar a política africana, em detrimento das religiões e das etnias.

Duas características do Estado colonial pós-guerra merecem ser observadas: *i)* os investimentos deixaram de ser feitos em infraestruturas que atendessem às exportações e passaram para as indústrias; e *ii)* a abertura aos africanos à administração pública e às liberdades políticas e sindicais. Tudo evidentemente adaptado às particularidades de cada metrópole colonial e colônia. Assim, a França, em 1946, aboliu o sistema de indigenato e ampliou a participação política aos, agora, cidadãos, enquanto Portugal somente o faria em 1961. Por sua vez, as colônias inglesas já possuíam conselhos legislativos com a participação de africanos, contudo sem que estes representassem a maioria, até que, a partir de 1948, o número dos africanos eleitos passou a ser superior aos nomeados. Estes conselhos acabaram servindo mais como embriões precoces de autogoverno que como parlamento.

O Estado colonial de valorização esboçou planos de desenvolvimento em praticamente todas as colônias britânicas, francesas e portuguesas (estas, com cerca de 15 anos de atraso). A política de valorização nas colônias exigia outro Estado e, embora a democracia não pudesse ser implantada, as legislações apressaram o assalariamento, pondo fim ao regime do indigenato e do trabalho forçado, além de propiciar algumas liberdades para a sociedade. Investimentos foram realizados e surgiram os planos de desenvolvimento voltados para a implantação de uma indústria nascente. Para atender a este novo estilo de vida, a educação e a saúde foram contempladas.

O processo de assimilação pouco tinha feito até então. Agora, entretanto, passava a ser primordial houvesse africanos escolarizados, disciplinados, para serem colocados à ordem do capital. A África deveria ser consumidora dos bens de consumo exportados e de capital das metrópoles, o que abriria as perspectivas de melhoria de vida das populações, na medida em que se assalariassem e adquirissem uma cultura universal, bem como incorporassem consciência da situação do mundo. Em consequência, as ideias nacionalistas amadureceram, e a independência foi colocada na ordem do dia, não como desejo, mas como algo palpável, com reais possibilidades de se aplicar um programa de governo para o conjunto nacional com visão de futuro.

As propostas do V Congresso Pan-Africano tinham bases concretas para saírem vitoriosas, e o Estado colonial de valorização não poderia ter longa vida. As pressões vieram de todos os lados. Financeiramente, seria mais vantajoso ao capital que os encargos e riscos dos projetos ficassem por conta dos nacionais. Politicamente, os movimentos pediam o fim do colonialismo; já não bastava pôr fim às suas aberrações. Internacionalmente, nos fóruns das Nações Unidas, clamava-se pela independência, e os Estados Unidos as apoiavam, visando tirar dos europeus a primazia dos interesses no continente.

O curto Estado colonial de valorização não pode ser tão democrático quanto talvez pretendesse, por uma questão ontológica. As independências foram outorgadas, adquiridas ou conquistadas. Onde se permitiu liberdade de associação partidária e eleições livres, o poder mudou de mãos e a maioria das potências coloniais cedeu às pressões (NGALASSO-MWATHA, 2010, p. 370). Mesmo assim, não se impediu que, em diversos países, como em Camarões e Madagascar, houvesse repressão sangrenta. Na Argélia, depois de 132 anos de colonização, foi necessária uma guerra de oito anos, assim como foram precisos 15 anos de luta armada nas colônias portuguesas.

5 O ESTADO INDEPENDENTE DESENVOLVIMENTISTA

René Dumont (1962) criticou as políticas econômicas dos Estados africanos sul-saarianos, apontando que estavam realizando investimentos de grande envergadura, com tecnologia de capital intensivo, sem respeitar as tecnologias locais nem responder aos desejos e necessidades dos africanos, mas, sim, atendendo aos grupos de capital do Leste ou do Oeste, estando, portanto, fadados ao insucesso. Apesar desta crítica, o grande debate da década deu-se entre capitalistas (neocolonialistas) e socialistas. A diferença básica entre eles residia no caráter de classe do Estado e no alinhamento que mantinham durante a Guerra Fria. Enquanto os neocolonialistas se aliavam aos países do Ocidente e mantinham a liberdade de atuação dos grupos de capital no interior, às vezes associados a grupos nacionais e garantindo a exportação dos lucros, os socialistas se alinhavam aos países do Leste e propunham a nacionalização e estatização da economia, bem como a aplicação dos lucros segundo as necessidades da população e segundo um planejamento de longo prazo. Ambos se estruturavam em governos fortes, dirigidos por partido único ou em torno de um “grande líder”, com capacidade de realizar projetos de envergadura e com financiamentos dos ingleses, franceses, belgas, italianos, soviéticos, chineses, entre outros. Obcecados por “desenvolver” seus países, os projetos eram orientados pela industrialização, o que requeria conhecimento técnico-científico e capital. É nesse sentido que podem ser classificados como Estados desenvolvimentistas, embora os graus de concretização dos propósitos e os ritmos fossem diferentes.

A maior parte dos chefes de Estados africanos, após as independências, valorizou os repertórios pré-coloniais, como o *conscientismo* de Nkruma, no Gana; a *negritude* de Senghor, no Senegal; a ideologia *ujamaa* de Nyerere, na Tanzânia, fazendo referências às potências místicas e vangloriando-se das formas de solidariedade tradicionais. Ao mesmo tempo, este mesmo movimento rebatizou diversos países com nomes ancestrais. O Sudão francês tornou-se Mali; a Costa do Ouro, Gana; Daomé passou a se chamar Benim; e Alto Volta, Burquina Fasso. Mas os espaços nacionais foram mantidos, o período colonial não foi jogado para escanteio, nem se rompeu o legado territorial deixado pelas potências coloniais desde o Congresso de Berlim.

Muitos líderes contribuíram para a balcanização da África Sul-saariana – por exemplo, Houphouët-Boigny, da Costa do Marfim, e mesmo os mais progressistas, como Sékou Toure, da Guiné Conacri, Modibo Keita, do Mali, ou Kwame Nkrumah do Gana, e, mais tarde, Samora Machel, de Moçambique – e se tornaram símbolos alternativos de desenvolvimento com políticas nos marcos nacionais.

O que se observa é que os Estados africanos herdaram os territórios coloniais, passíveis de serem declarados artificiais, em relação ao passado pré-colonial, mas também o resultado da política colonial, que se transformou em experiência histórica entre os habitantes destes territórios.

A edificação do Estado independente pelos dirigentes se recolheu em afirmações nacionalistas sem aparente contradição entre nação e etnia, como durante a época colonial. Ou seja, passaram a pregar a unidade nacional e os objetivos do desenvolvimento, apoiando-se nos valores étnicos. Castells (2002, p. 133) lembra que a “etnia transformou-se na principal via de acesso ao controle estatal sobre os recursos. Porém, eram o Estado e suas elites que criavam e recriavam a identidade e lealdade étnica, e não o contrário.”¹⁴

A Suazilândia se organizou depois da independência, em 1968, em monarquia tradicional. A Nigéria e os Camarões, em sistemas federalistas. Na Nigéria, regiões do norte aplicam a *charia* (código de leis do islamismo) contra o princípio laico que os governos centrais tentaram implementar. Fora a Etiópia, do ponto de vista da sua integralidade, os Estados africanos se saíram muito bem frente aos problemas enfrentados, fato que demonstra o peso das fronteiras coloniais na experiência histórica africana, balizada na legalidade, na vontade dos dirigentes africanos, nas cartas de fundação da OUA e da sua substituta, a União Africana, que expressam o princípio inalienável destas fronteiras. Ao ser criada, em 1963, a OUA institucionalizou a África como construção objetiva distinta, face ao espaço de seus Estados membros, dando um contorno continental às relações internacionais africanas.

14. Massimo d’Azeglio dizia na construção italiana, no final do século XIX: “Nós fizemos a Itália, agora temos que fazer os italianos” (*apud* Hobsbawm, 1990, p. 56).

Essa complexa herança, especialmente a reciclagem ou a reinvenção das sociedades africanas no seio dos contextos coloniais, foi transmitida aos Estados pós-coloniais. Isto explica porque o legado territorial ficou intangível por tanto tempo, uma vez que, por ele, o caráter pretensamente artificial foi, na realidade, o limite para se moldarem os mundos e os modos de existência propriamente africanos, resultantes, ao mesmo tempo, por um lado, da longa duração da história e das culturas do continente e, do outro, da breve, mas eficaz, duração do período colonial (DOZON, 2008).

Num primeiro nível de análise, os Estados, no início dos anos 1960, apresentaram-se como seus homólogos internacionais. Eram dotados de um quadro “racional-legal” composto de constituição, códigos civis e instâncias diferenciadas de poder executivo, legislativo e judiciário.

Os Estados pós-coloniais se constituíram ou se reconstituíram como Estados de exceção, como os Estados de exploração até 1945 (1961 para Portugal). Os códigos civis, copiados do Ocidente, pouca eficácia tinham, pois os costumes como a poligamia, o dote e a iniciação dos jovens continuaram regulando as relações entre gêneros, familiares e gerações. Da mesma maneira, a realeza continuou com suas prerrogativas e hierarquias. Os Estados pós-coloniais não foram menos autoritários que o Estado colonial.

Essa dupla realidade dos Estados africanos pós-coloniais lhes permitiu reivindicar seu caráter de Estado de direito e funcionar como base de uma mistura entre despotismo colonial e autoritarismo tradicional que serviram ao desenvolvimento, produzindo o que Dozon (2008) chamou de “patologia estrutural”, indo do grotesco ao obscuro, como analisa Mbembe (1979).

No entanto, o Estado pós-colonial não se deteve aí. Além de alcançar sua eficiência simbólica e política – por meio das instâncias jurídicas e políticas, próprias aos Estados modernos –, estruturou mentalidades entre dirigentes e dirigidos, colocou limites nas práticas clientelistas, e, ao mesmo tempo, não puniu práticas tradicionais como a poligamia.

Positivamente, o Estado pós-colonial mostrou-se apto ao incorporar um lugar simbólico no qual se organizam as instituições públicas e confortam os processos de identificação nacional. Por isso, constituem fenômenos complexos que não podem ser reduzidos a um só modelo explicativo. Existem nele patrimonialismo e poder sagrado que remontam às formações estatais pré-coloniais e que não são simples réplicas dos modelos europeus:

Os Estados africanos, desde que obtiveram a soberania em torno dos anos 1960, não pararam de ser entidades geopolíticas sob forte tensão. Não cessaram, com efeito, de pôr em confronto as formas modernistas, “racional-legais”, das suas instituições com

a realidade de suas práticas autoritárias e patrimoniais, marcadas, elas mesmas, por hábitos pré-coloniais e coloniais, e de equilibrar, bem ou mal, as forças centrífugas e forças centrípetas, as tensões entre umas e outras podendo ser mais agudas quando resultam plenamente das mesmas façanhas e das mesmas experiências históricas (MEDARD, 1998 *apud* DOZON, 2008, p. 53. Tradução livre).¹⁵

O que caracterizou os Estados africanos independentes, apesar da herança colonial e pré-colonial, do patrimonialismo, do clientelismo, do despotismo e das práticas sagradas de poder, foi a capacidade de realizarem políticas públicas e de se constituírem em Estados laicos. Eles se mantiveram acima das religiões na condução do processo de desenvolvimento.

Os países centrais investiram na África até meados dos anos 1970, impondo-lhes modelo de desenvolvimento econômico que se apoiavam em ditaduras e em partidos únicos como sistema de governo. Em 1981, o balanço do Banco Mundial para essa parte do continente africano afirmava que o que fora feito tinha sido “muito adequado”. O Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF (1992) classificava como “notáveis” as duas primeiras décadas da independência africana, pois registrava um bom desempenho econômico, aumento nas exportações e crescimento do produto interno bruto (PIB) *per capita* de 1,4%, entre 1965 e 1980, entre outros fatores positivos (LOPES, 1997).

Os projetos de desenvolvimento da década de 1960, de cunho otimista, saudados e incentivados pelas potências industriais, começaram a mostrar que não poderiam ser a solução para esses países já no final dos anos 1970. Investimentos mal concebidos, falta de capacidade para a gestão das tecnologias aplicadas, corrupção do governo e dependência dos modelos estrangeiros são alguns dos motivos alegados para o insucesso destas políticas econômicas, que iriam desembocar numa crise econômica, política e financeira sem precedentes no continente. Os investimentos realizados não tiveram retorno, o choque da dívida externa piorou a situação, e os Estados, sem rendas, deixaram de investir, provocando forte desemprego e inchaço das cidades.

A essa crise da sociedade moderna africana juntou-se a da sociedade doméstica (provocada pela ação colonial e pela modernização ao longo do século). A lógica de não acumulação e a cultura não consumista das sociedades linhageiras (domésticas) não serviam à modernidade e, por isso, foram combatidas pelos projetos desenvolvimentistas. Sem abandonar definitivamente suas produções, estas sociedades acabaram sofrendo importante desestruturação. Vários fatores concorreram para isso: a retirada do trabalhador de suas atividades na sociedade linhageira para utilizá-lo na produção capitalista; a implantação de escolas, que

15. Medard, J.-F. La crise de l'État neo-patrimonial et l'évolution de la corruption en Afrique subsaharienne. *Mondes en développement*, v. 26, n. 102, p. 55-67, 1998.

dificultaram a transmissão dos conhecimentos ancestrais; os postos de saúde, que permitiram o aumento das taxas de natalidade e reduziram as de mortalidade, produzindo uma taxa de crescimento não adequada à produção linhageira; a demarcação dos territórios, impedindo a livre circulação e instalação das aldeias; os desmatamentos em grande escala, que aceleraram a degradação das condições da produção etc.

Embora tivesse servido à acumulação, a sociedade tradicional pouco se aproveitou dela, passando a ser dependente da produção capitalista. Também perdeu as condições para a sua reprodução, por exemplo, deixando de produzir seus próprios instrumentos de trabalho, como uma simples enxada. No período colonial e nos primeiros anos da independência, as sociedades tradicionais se mantiveram relativamente equilibradas, pois estavam articuladas com a sociedade moderna e conseguiam ainda se reproduzir. A isto se deve acrescentar que a crise nestas sociedades chegou rápida e violentamente, uma vez que eram sociedades agrícolas com poucas reservas.

Essa dupla crise que inaugurou os anos 1980 deixou os Estados sem recursos e fragilizados internamente, sem condições de fazer frente às organizações multilaterais e às grandes potências, que pressionavam para a sua desorganização. A massa de desempregados, oriunda da crise dos projetos modernizantes e dos famintos da sociedade doméstica, passou a girar em torno de governos sem perspectivas, que, em muitos casos, corrompem-se para se manter. Criou-se, então, um palco formidável para a retomada das guerras étnicas e regionais, além de todo tipo de lutas contra o poder central. A fome tomou conta de regiões inteiras, os governos entraram em falência financeira, passando a depender de ajuda externa para fechar suas contas e impedir maiores catástrofes alimentares.

6 O ESTADO NEOLIBERAL

O Estado forte desenvolvimentista foi golpeado na década de 1980, levando a que, a partir dos anos 1990, o “modelo predatório” (CASTELLS, 2002) passasse a caracterizar a maioria dos Estados africanos (os Estados “fracos”¹⁶ entraram em “altíssima demanda”), à exceção da África do Sul e poucos exemplos.

(...) promover a governança de Estados fracos, melhorar sua legitimidade democrática e fortalecer instituições autossustentáveis (...) passam a ser o projeto central da política internacional contemporânea (...) Se existe uma ciência, arte ou técnica para a construção de Estados, então ela servirá a todas essas metas ao mesmo tempo e estará em altíssima demanda (FUKUYAMA, 2004, p. 131, *apud* SIQUEIRA, 2010).¹⁷

16. Ver a excelente dissertação de Isabel Siqueira (2010) sobre os Estados “frágeis”.

17. Fukuyama, F. *Construção de Estados: governo e organização no século XXI*. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

O Relatório Berg, tal como ficou conhecido o relatório do Banco Mundial, de 1981 (WORLD BANK, 1981), detectou que as causas dos problemas africanos eram as estratégias desajustadas e a má gestão macroeconômica do setor público, bem como que tais causas deveriam ser sanadas em prol do reequilíbrio e saneamento macroeconômicos, erigidos como objetivos prioritários do desenvolvimento. Para tal, o relatório propôs:

- a melhoria das políticas cambiais e de comércio externo (implicando em desvalorizações e medidas antiprotecionistas);
- a maior eficácia na utilização de recursos do setor público (diminuição do peso do Estado na economia, contração das despesas orçamentais e incentivos ao setor privado); e
- melhores políticas agrícolas (prioridade à agricultura camponesa, melhoria nos preços relativos internos e liberalização dos circuitos comerciais).

Ao mesmo tempo, o relatório aceitava a importância dada pelos governos africanos à consolidação política e à criação de infraestruturas básicas com objetivo de integração nacional, bem como avaliava que o desenvolvimento dos recursos humanos foi mais que adequado. Em resumo, o relatório sobre os anos 1970 na África afirmava que

o quadro não é uniformemente desencorajador. Há sinais de progresso por todo o continente. Há muito mais africanos nas escolas, e a maioria vive mais tempo. Foram construídas estradas, portos e novas cidades e foram desenvolvidas novas indústrias. Os postos técnicos e de direcção antigamente ocupados por estrangeiros são agora assumidos por africanos (WORLD BANK, 1981. Tradução livre).

Depois de terem sido objeto de ampla discussão teórica, as teses do Relatório Berg foram implementadas nas orientações dos programas de reajustamento estrutural adotados em todos os países subsaarianos. Assim, no início dos anos 1980, o setor estatal foi posto em causa na África, não obstante a gestão do desenvolvimento econômico, até meados da década de 1970, apesar das ineficiências, tenha apresentado indicadores positivos, atraído fluxos de financiamento para o continente, beneficiado preços favoráveis nas matérias-primas agrominerais e apresentado taxas de crescimento econômico relativamente elevadas na maioria dos países industrializados.

Essa situação, entretanto, começou a modificar-se após o primeiro choque do petróleo, em 1973, que marcou o início de um período de recessão e reconversão industrial nos países desenvolvidos, acompanhado pela adoção progressiva de

políticas protecionistas por parte dos principais países importadores de matérias-primas. Era o início da era neoliberal, com Ronald Reagan e Margareth Thatcher.¹⁸

A degradação do comércio internacional e sequências de políticas econômicas altamente dependentes de importações contribuíram para o surgimento, no início dos anos 1980, da questão da dívida externa crônica pública e privada do chamado Terceiro Mundo. O agravamento da dívida levou a que os fluxos financeiros entre os países centrais e os periféricos tivessem se tornado negativos para estes últimos. Este fato afetou diretamente as possibilidades de recuperação das economias no longo prazo, em função do aumento constante da parte das suas receitas em moeda estrangeira destinada ao pagamento do serviço da dívida externa.

Outro fator que também teve incidência sobre o redirecionamento das economias africanas no início da década de 1980 tem a ver com a subida ao poder dos liberais nos Estados Unidos, no Reino Unido e na Alemanha, que empreenderam políticas econômicas de privatização e de não intervenção na economia pelo Estado.

Soprando contra a participação direta do Estado na economia estavam as mudanças nas políticas de cooperação com os países socialistas. Não apenas pelos agravamentos das questões econômicas, em termos dos balanços de pagamentos destes países, mas pela reorientação que se processou nas estratégias políticas e econômicas de desenvolvimento.

Assim, no lugar do apoio aos projetos de cooperação, envolvendo a recuperação de empresas estatais agrárias, ou mesmo de novos projetos, dava-se preferência à ajuda a organizações de cooperativas e ao setor agrícola familiar tradicional. Foi neste quadro que o Banco Mundial e o FMI intervieram diretamente com programas de ajustamento estrutural nas economias dos países africanos.

Em 1961, os relatórios da Royal African Society, do Reino Unido, previam que o futuro do continente seria grande e radioso, com a participação do Ocidente, evidentemente. Em 1991, a mesma sociedade mostrava em seus relatórios a catástrofe que estava acontecendo no continente e responsabilizava os governos

18. Os posteriores problemas financeiros da região foram agravados pela queda das receitas de exportação, devido às mudanças registradas nos preços dos produtos primários e a acumulação de atrasados no pagamento da dívida, que saltaram de US\$ 210 milhões para US\$ 14,15 bilhões em 1992. A dívida acumulada no continente ultrapassava em 1996 os 300 bilhões de dólares. Em 1991, já atingia os US\$ 281 bilhões, de acordo com o Banco Mundial. O serviço da dívida representava mais de US\$ 10,2 bilhões em 1992, e, em países como a Guiné-Bissau, a Somália e o Sudão eram muito superiores aos 100% dos respectivos PNB. O serviço global da dívida representava, no mesmo ano, 32% de todas as exportações da África Subsaariana (Lopes, 1997).

A dívida da África Sul-saariana na década de 1980 evoluiu da seguinte forma, em bilhões de dólares:

1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
56,2	64,0	70,2	79,3	82,7	96,2	113,0	137,9	139,6	143,2

Fonte: World Bank (1994 *apud* Serra, s.d.).

africanos pela má gestão e por copiarem os modelos ocidentais. Em 1992, o produto nacional bruto (PNB) da África Subsaariana era menor que sua dívida externa (US\$ 280 bilhões), e o serviço da dívida correspondia a 32% das suas exportações (US\$ 10,2 bilhões). A África Subsaariana (à exceção da África do Sul) tinha um PIB igual ao da Bélgica e era responsável por menos de 2% do comércio internacional.

Três gerações de políticas para o conjunto do continente foram implementadas pelas instituições de Breton Woods, nos anos 1980 e 1990:

- no início dos anos 1980, a estabilização da economia, por meio de medidas de gestão a curto prazo, que não abarcavam, entretanto, as causas subjacentes aos desequilíbrios do balanço de pagamentos;
- em meados dos anos 1980, apareceu o ajustamento estrutural, que propunha interferências nos setores produtivos e institucional; e
- nos anos 1990, essas políticas reconhecem a importância do fator social e agregam ainda o crescimento sustentável.

Na década de 1980, os preços dos principais produtos de exportação da África Subsaariana, como o do café, do cacau, do algodão e do chá, caíram 50%. Neste mesmo período, reduziu-se em 50% o investimento em capital (em base *per capita*), acrescido da pressão da dívida externa. A política de ajustamento da economia transformou-se em desajustamento da vida das populações.

Entre 1980 e 1989, foram aplicados 241 programas de ajustamento, que se tornaram a ideologia do desenvolvimento para os países africanos subsaarianos. Como consequência, o PIB teve uma regressão de 1,1% ao ano durante esta década. Apesar do total cumprimento do Programa de Ajustamento Estrutural do FMI, os resultados foram dramáticos: a acumulação de capital tornou-se mais lenta na maioria dos países; o investimento público foi reduzido drasticamente; o investimento estrangeiro estagnou em níveis baixos; a participação da produção industrial no PIB só subiu em seis países entre 1982 e 1988; e apenas seis países aumentaram as exportações em mais de 5% (LOPES, 1997).

Como consequência, a fome se alastrou, o desemprego aumentou, a desorganização social atingiu as aldeias mais frágeis, enfim, a crise infiltrou-se por toda parte. E, mesmo assim, o FMI e o Banco Mundial se tornaram recebedores líquidos de recursos da África Subsaariana. Foi nessa base, para comprimir as despesas públicas, que a maioria das empresas estatais africanas fechou, foi cedida ou privatizada, realizando-se também reformas na sua gestão e no relacionamento com os organismos do Estado.

As discussões sobre economia política, estratégica e ideológica deram lugar aos debates quantitativos e microeconômicos das fórmulas salvadoras, assentes

na economia liberal, apresentada como a única e indiscutível alternativa. Sobre a questão agroalimentar, as intenções do Programa de Ajustamento Estrutural apontavam três componentes:

- reequilíbrio macroeconômico, que se entendia por contrair a demanda de consumo alimentar, reduzir as importações alimentares e aumentar as exportações agroalimentares;
- redefinição dos preços, que significava a depreciação da taxa de câmbio, o aumento da taxa de juros, o fim das proteções e subvenções, bem como a eliminação dos controles e racionamentos sobre o câmbio, os créditos e o consumo; e
- a desestatização (privatização) do comércio agrícola e das empresas de produção, além do dismantelamento dos monopólios e do reequilíbrio das taxas de rentabilidade.

Esse programa se contrapunha à política agroalimentar da década de 1970 para a África Subsaariana, que apresentava as seguintes características:

- incentivo às explorações agrícolas, que financiaram a acumulação, a industrialização e o tesouro público;
- provisionamento alimentar a preço barato;
- princípio de autossuficiência alimentar;
- penalização das culturas de renda, por meio da aplicação de taxas;
- substituição das importações;
- participação direta do Estado nas cadeias agroalimentares; e
- racionamento e gratuidade (ou semigratuidade), por meio de tíquetes de produtos alimentares aos consumidores, controle da taxa de câmbio etc.

Esses princípios passaram a ser contestados com o Programa de Ajustamento Estrutural, que reestruturou as cadeias agroalimentares e tinha por escopo:

- a expansão das cadeias de produção agroalimentar exportáveis, para gerar conversíveis e pagar a dívida externa;
- a contração das cadeias de importação e de transformação da produção agroalimentar de origem estrangeira (trigo, arroz, carne, açúcar, leite em pó etc.); e
- as possibilidades de relançar produções alimentares tradicionais (tubérculos, cereais tradicionais).

O Programa de Ajustamento Estrutural definia como objetivos a redistribuição da renda dos consumidores aos produtores e da renda urbana para o campo. Por sua vez, os programas de estabilização visavam reduzir a relação salário – lucro e tinham como consequência o agravamento da fome e da desnutrição, a queda do nível de vida e a desindustrialização. Para fazer com que esses países se tornassem exportadores dos produtos mais competitivos, ou seja, os produtos agrícolas, nada mais conveniente que oferecer atrativos no campo, como créditos para os camponeses privados. Ao mesmo tempo, na cidade, as indústrias pouco competitivas e de baixa produtividade eram desativadas. Com isso, buscava-se aumentar a produtividade do trabalhador, reduzindo a relação – salário – lucro, de modo que maiores recursos fossem transferidos para fora.

Contudo, recursos como petróleo, diamantes e metais preciosos continuaram a ser exportados, contribuindo para o crescimento econômico substancial de alguns países. O problema, lembra Castells (2002, p. 115-116), reside na utilização dos recursos gerados, bem como do auxílio internacional recebido pelos governos africanos:

A África não está alheia à economia global. Em vez disso, encontra-se desarticulada por sua incorporação fragmentada à economia global por meio de relações seletivas, tais como quantidades limitadas de exportações, apropriação especulativa de recursos de alto valor, transferência de numerário para o exterior e consumo parasitário de bens importados.

6.1 Ainda Estados

Mesmo estando os Estados-nação, há quase vinte anos, fragilizados pelas políticas neoliberais e por lutas internas, somente na Etiópia houve uma divisão formando outro Estado independente, em 1993: a Eritreia, cuja cisão foi baseada em contendas pré-coloniais. As tentativas de secessão do reino de Buganda terminaram com a sua abolição, em 1966, e sua incorporação a Uganda. Os movimentos atuais na Somalilândia buscam o poder central da Etiópia, que alegam já terem dirigido em tempos remotos, e não particularmente a secessão da região do Tigré. As tentativas de separação foram poucas (Senegal, Uganda, Namíbia).¹⁹

As guerras civis que ocorreram nas décadas de 1980 e 1990, geralmente taxadas de étnicas, não puseram em causa os limites nacionais. Os movimentos na Costa do Marfim, em 2002, assim como na República Popular do Congo e na República Democrática do Congo, na década de 1990, não questionaram as respectivas nações, e os dois últimos não tentaram se unificar, apesar da história

19. Após a redação deste texto, um referendo popular no Sudão em janeiro de 2011 aprovou a separação do sul do país e a criação de um novo Estado. O norte tem origem árabe e muçulmana, enquanto o sul, onde se situa a grande maioria do petróleo do país, é de origem negra e católica.

anterior comum. Da mesma forma, Ruanda e Burundi não se diluíram como Estados após os violentos conflitos entre hutus e tutsis.

Desde os anos 1980, quando se acentuaram as políticas neoliberais, acelerou-se a privatização dos organismos públicos pelo fim ou abrandamento das proteções monetárias, como a desvalorização do franco CFA,²⁰ em 1994, e das tarifas, especialmente as destinadas aos camponeses produtores de gêneros de exportação, que, desde 1950, tinham remuneração fraca, mas estável. Também receberam maior destaque os programas de descentralização destinados a promover a boa governança local. Foi este o momento em que se assistiu à proliferação das ONGs na África.

O dinamismo das ONGs é diferente de tudo o que se fez desde as independências. O surgimento de ONGs é o resultado direto das políticas neoliberais, que impuseram seu modo de dominação, dando a elas o papel de ocuparem as funções que antes eram preenchidas pelos Estados.

As ONGs que circulam pela África intervêm nos setores agrícolas, da saúde, da educação, da habitação, dos transportes etc., agem por conta própria e não favorecem o florescer da sociedade civil. A pulverização destas associações nos territórios nacionais, na impotência dos Estados, impulsionou as reivindicações identitárias étnicas, religiosas ou regionais, e despertou reivindicações antigas. As disputas por terras e riquezas do subsolo passaram a ser enfrentadas excluindo-se a participação dos outros. As ações incentivadas pelas ONGs promovendo os grupos locais aumentaram as economias paralelas e as relações mafiosas de todo tipo, que ganharam corpo com o acanhamento do Estado (NUNES, 2000; DOZON, 2008).

Os problemas cotidianos se reduzem nas estratégias de sobrevivência e, assim, as tensões e conflitos não deixam de aparecer e afetar o universo doméstico familiar. Enquanto a política de “redução do Estado” deveria significar uma melhor gestão dos afazeres comuns, a corrupção não parou de se agravar, multiplicando-se à medida que os processos de privatização e de descentralização se conectavam com as redes internacionais de tráfico de drogas, de armas e de mercadorias, passando para um processo de “criminalização do Estado na África” (BAYARD, 1989).

A partir dos anos 1980, os projetos de modernização e os planos de desenvolvimento deixaram praticamente de ser objeto de políticas públicas. Passou-se a falar em desenvolvimento sustentável e em desenvolvimento humano,

20. Moeda utilizada em 14 países da África Ocidental e Central, antigas colônias francesas, à exceção da Guiné-Bissau e da Guiné Equatorial. Criada em 1945, recebeu como nome a sigla da região, Colônias Francesas Africanas. No início dos anos 1960, passou a significar Comunidade Financeira Africana. Divide-se em duas, o franco CFA ocidental e o central, cada um tendo curso legal apenas na respectiva região.

no quadro de pequenos projetos locais e de ONGs, cada vez mais numerosas, enquanto o Estado era dispensado de fazer do desenvolvimento o motivo central de sua existência. Por isso, uma série de serviços públicos centrais foram confiados a empresas privadas ou associações, transformando-se em inúmeros projetos de luta contra a pobreza, de ações humanitárias e ajuda às populações refugiadas ou deslocadas. Com a onda neoliberal, a África ficou mais longe de estar em melhores condições para avançar do que estava nos anos 1960 (DOZON, 2008, p. 150). O que se observou foi a disseminação do “tribalismo político”, isto é, fenômenos de fechamento identitário, que se traduziram em crises de alteridade, sobretudo nos centros urbanos, e no uso recorrente da violência e do terror.

A história religiosa da África se enriquece continuamente nas trocas entre povos locais, entre os primeiros a ocupar um local e os novos que chegam, entre os árabes e africanos, entre africanos e europeus, de sorte que ela se nutriu de numerosos fenômenos de assimilação e hibridação, mas não é marcada por conflitos entre confissões. Os únicos colocados em causa radicalmente foram os sistemas mágico-religiosos pagãos, que eram mais tolerantes e acolhedores uns aos outros, mas desapareceram quase totalmente em certas regiões da África, embora perdurem em outras. O colonialismo funcionou muito bem neste quadro de pluralismo religioso, vigiando e reprimindo as inovações e movimentos religiosos como as confrarias muçulmanas ou proféticas, que foram, ao mesmo tempo e paradoxalmente, a base de desenvolvimento colonial (DOZON, 2008).

Longe da concepção do século XIX europeu – segundo a qual a modernidade deveria se completar pelo desenvolvimento dos Estados-nação capazes de transcender os particularismos sociais, comunitários, religiosos, étnicos –, o que se vê na África e em outros lugares do mundo é a formação pós-moderna dos Estados étnicos, monoconfessionais. Estes Estados germinaram da ordem colonial e neocolonial e se acomodam com a globalização em curso. De maneira geral, sempre que o Estado se apresentou como expressão de um grupo, entrou em crise. Não é a heterogeneidade identitária que está na origem destes conflitos. Se fosse por isso, a Somália, que é etnicamente homogênea, não estaria em conflito.

O fenômeno da feitiçaria e o processo de demonização, cada vez mais frequente, com os beatos e “renascidos”, dão um aspecto retrógrado ao Estado. O idioma globalizado de “se dar bem na vida” – de acordo com o qual boa saúde e abundância são reputados a uma graça divina pela obediência das suas leis – faz dos excluídos obra do demônio. A esperança passou a ser divina.

Na medida em que o desenvolvimento capitalista provocou uma forte crise econômica, reduzindo as perspectivas de melhorias futuras, ficou fácil para essas sociedades voltarem-se contra o alicerce básico da modernidade, a ciência, e apegarem-se aos valores e crenças tradicionais.

No início dos anos 1990, com o fim da Guerra Fria e as mobilizações populares, especialmente da juventude urbana, pensou-se que estas tensões poderiam se solucionar. Desenhou-se a democracia como a volta do multipartidarismo e as liberdades públicas. Muitos Estados sobreviveram à democratização, como Gana, Mali, Benin, Moçambique, Namíbia, entre outros países da África Austral. Outros entraram em guerras civis, como Serra Leoa, Libéria, os dois Congos, o Sudão; ou enfrentaram duras crises, como na Costa do Marfim, nos Camarões, na República Centro Africana, no Gabão e em Uganda, estendendo-se para 15 as regiões de conflitos no continente.

Manifestamente, o fim da Guerra Fria traduziu-se, em muitos casos, na evidenciação das tensões acumuladas ao longo das décadas de construção nacional, que não foram debatidas politicamente. As lutas internas, resultantes de competições étnicas ou de endurecimento religioso, deram-se num quadro em que os Estados estavam fragilizados. O fim das vantagens que obtinham na Guerra Fria, o Programa de Ajustamento Estrutural, a baixa dos preços de vários produtos de exportação, as pressões sobre a terra, tudo contribuiu para diminuir as fontes de recursos, o que provocou migrações e divisões internas.

Nos anos 1990, a proliferação das ONGs incrementou os movimentos cristãos, islâmicos e tradicionalistas, apoiados em redes internacionais ou em empresas multinacionais, imiscuindo-se nos assuntos sociopolíticos.

Com o *boom* americano pós-Segunda Guerra, expandiram-se as igrejas pentecostais – entre as quais, a Igreja Universal do Reino de Deus –, que prometiam dividir o progresso material, aqui e agora. Estes novos reformistas cristãos trouxeram de volta o linguajar da feitiçaria, pois concebem a salvação por meio da libertação dos demônios dos indivíduos. Antes de pretender transformar o sujeito em alma de Deus, tais igrejas constituem-no em sujeito do Diabo. Segundo suas crenças, quem estiver doente, com dificuldades financeiras, em conflito familiar ou desempregado não está assim por ausência da fé em Deus, mas porque está possuído pelo demônio, sendo necessário exorcizá-lo (DOZON, 2008). Por vezes, esta prática é interpretada como uma volta da feitiçaria, a qual estaria se manifestando sob novas formas e meios.

As políticas liberais cortam as funções centrais do Estado, podendo, ao mesmo tempo, o caráter do Estado-nação, em que os povos partilham referências comuns, deixando livre espaço para as aventuras de deus, do diabo e do capital. Assim, em meados da década de 1990,

não só a África estava cada vez mais à margem da economia global/informacional, mas também com a maior parte de seus Estados-nação em processo de desintegração, com seu povo completamente desorientado e acochado, obrigado a reagrupar-se em comunidade de sobrevivência, sob as mais diversas rotulações, conforme o gosto do antropólogo (CASTELLS, 2002, p. 140).

7 CONCLUSÃO

O potencial africano, as riquezas minerais, a produção agrícola e a mão de obra abundante deixaram de representar interesse nos novos parâmetros da revolução tecnocientífica em curso desde os anos 1980. A partir daí, não se falou mais em desenvolvimento, mas em reestruturação das economias – o que significava adaptá-las às necessidades do mercado mundial – e estabilização financeira, para se garantirem os fluxos em direção aos países centrais. Evidentemente, grupos africanos e não africanos ligados aos aparelhos de Estado e aos negócios das doações acumularam, simultaneamente à crise, fabulosas riquezas.

A maior parte dos países africanos, mesmo aceitando as regras como fizeram, tem sido uma espécie de reserva para o capital globalizado, enquanto o capitalismo selvagem atua pelas bordas e brechas, aproveitando-se do que sobrou do colonialismo, do *apartheid* e das guerras internas. É neste caldo de profunda crise que se esboça a busca, mais que necessária, de um renascimento africano.

7.1 O início de século XXI

Os Estados africanos contemporâneos, desde a época colonial, lutaram pela unidade territorial e pela consciência nacional, com o desenvolvimento de configurações étnicas e a formação de etnicidades, embora nem sempre pela independência. Quase todos os países africanos têm regiões que caracterizam etnias ou religiões. O pluralismo religioso caracterizou os Estados pós-coloniais, nos quais, em várias regiões, coabitam devotos a profetas de vários tipos sem maiores conflitos.

Manifestamente, a confrontação de forças agregadoras e desagregadoras é uma das melhores explicações da fraqueza estrutural dos Estados africanos e do engajamento nas estratégias clientelistas e tribalistas. Contudo, ela constitui um fenômeno moderno, pois os processos de estatização e etnicização, de um lado, e de centralismo e de particularismo, do outro, vão juntos, ambos mobilizando um conjunto de práticas administrativas e científicas e técnicas de governabilidade, próprias à época da constituição dos Estados-nação. Estas são características substanciais dos Estados africanos que, em que pese serem a fonte de sua fraqueza, afastam a ideia de que são construções artificiais. Estas experiências históricas explicam porque não houve, até o presente, secessões vitoriosas ou a criação de novos Estados.

As forças desagregadoras levaram vantagem sobre as capacidades agregadoras do poder de Estado africano, que, apesar do autoritarismo, constituiu-se em Estados fragilizados. Há mesmo quem diga que muitos só existem porque são reconhecidos pela comunidade internacional;²¹ que são apenas modestos

21. Ver Herbes (2000).

territórios com alguma governança e meios técnicos de organização comum; e que pesam muito pouco na vida econômica e social.

Nesta primeira década do milênio, apesar do autoritarismo dos anos pós-independência e das políticas que, há mais de 20 anos, visavam enfraquecer o Estado, apesar das guerras civis, dos massacres e genocídios, como em Ruanda ou nos Congos, os Estados não eclipsaram. Não surgiram vontades manifestas de secessão, ao contrário, os sentimentos nacionais se afirmam cada vez mais.

Ao que tudo indica, o continente oferece mudanças no século XXI. O crescimento em torno de 2,4% do PIB nos anos 1990 deu lugar a um aumento anual de 4% entre 2000 e 2004, tendo ultrapassado os 4% em 2005. A proporção da África na produção econômica mundial cresceu 5,5%, mais que qualquer membro da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A inflação média no continente é de um dígito e, em mais de 30 países, está abaixo dos 5%.

O crescimento do investimento externo direto (IED) com destino africano cresceu 200% entre 2000 e 2005 (de 7 a 23 bilhões de dólares). A bolsa de valores de Joanesburgo apresenta capitalização superior à da Bovespa e à de Xangai. Outro fator determinante para atrair o financiamento externo tem sido a redução do peso da dívida, parcialmente perdoada ou eliminada: o maior devedor africano, a Nigéria, pagou toda sua dívida (LOPES, 2007).

Neste início de milênio, abrem-se as possibilidades de investimento no continente, que possui carências econômicas e sociais fundamentais a serem ultrapassadas. Na área comercial, as exportações africanas vêm crescendo 25% em média nos últimos anos – *performance* igual à da China, se comparada aos 14% do resto dos países do Sul.

A evolução econômica foi acompanhada da redução dos conflitos violentos no continente, que passaram de 15, no início da década de 1990, a praticamente três: Darfur (e suas extensões no Chade e na República Centro-Africana), Somália e pequenos resíduos nos Grandes Lagos (Congo Oriental, Burundi e norte de Uganda). Contudo, ainda existem conflitos não resolvidos no Saara Ocidental, na Costa do Marfim, no delta do Níger e na fronteira entre a Etiópia e Eritreia (HUGON, 2009).

A melhoria da segurança também é evidenciada pela evolução positiva dos indicadores de criminalidade, delinquência e proliferação de armas leves. Também a reforma que transformou a Organização de Unidade Africana em União Africana teve um impacto positivo na coordenação dos esforços africanos para a manutenção da paz e novas perspectivas de colaboração econômica, bem como a presença de novos atores internacionais, como a China, os Estados Unidos, a Índia e o Brasil.

Esse quadro de fortalecimento econômico, sem dúvida, irá contribuir, na presente conjuntura, para a reestruturação e fortalecimento do Estado africano, nesta dialética das esferas centrais e particulares, nacionais e étnicas, modernas e tradicionais, regionais e internacionais em que se desenrolam suas ações, germinando novos modelos de vida social e política, com a participação decisiva dos povos, que não podem ainda (infelizmente?) encontrar o bem-estar fora ou sem o Estado.

REFERÊNCIAS

- AMSELLE, J. L.; M'BOKOLO, E. **Au coeur de l'ethnies**: ethnies, tribalisme et état en Afrique. Paris: La Découverte, 1985.
- BADIE, B.; SMOUTS, M.-C. **Le retournement du monde**. Paris: Presses de Sciences Po, 1992.
- BAYARD, J. F. **L'état en Afrique, la politique du ventre**. Paris: Fayard, 1989.
- BIYOU DI-MAMPOUYA, F. **Penser l'Afrique au XXI^e siècle**. Paris: L'Harmattan, 2008.
- CASTELLS, M. **Fim de milênio**: a era da informação – economia, sociedade, e cultura. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. v. 3.
- CESAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa, 1978.
- DOZON, J.-P. **L'Afrique à dieu et à diable**: états, ethnies et religions. Paris: Elipses, 2008.
- DUMONT, R. **L'Afrique noire est mal partie**. Paris: Seuil, 1962.
- EVANS-PRITCHARD, M.; MEYER-FORTES, M. **Systèmes politiques africains**. Paris: PUF, 1964.
- FAGE, J. D. **História da África**. Lisboa: Edições 70, 1997.
- FUKUYAMA, F. **Construção de estados**: governo e organização no século XXI. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.
- HERBES, J. **States and power in Africa**. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- HOBSBAWM, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- HUGON, P. **Géopolitique de l'Afrique**. 2. ed. Paris: Sedes, 2009.
- LEITE, J. P. **La formation de l'économie colonial au Mozambique**: pacte colonial et industrialisation – Du colonialisme portugais aux réseaux informels de su-

jetion marchand: 1930-1974. 1989. Thèse (Doctorat) – Université de Lili, École de Haute Etudes en Sciences Sociales.

LOPES, C. **Compasso de espera**: o fundamental e o acessório na crise africana. Porto: Afrontamento, 1997.

_____. A África entre o Brasil e a China. **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, ano 29, n. 3, jan./dez. 2007.

MBEMBE, A. **De la postcolonie**. Paris: Karthala, 1979.

MEDARD, J.-F. La crise de l'état neo-patrimonial et l'évolution de la corruption en Afrique subsaharienne. **Mondes en développement**, t. 26-1-2, p. 55-67, 1998.

MEILLASSOUX, C. **Mulheres, celeiros & capitais**. Porto: Afrontamento, 1977.

MUDINBÉ, V. **The invention of Africa**. Bloomington: Indiana University Press, 1988.

NGALASSO-MWATHA, M. Un demi-siècle d'indépendance: l'hypothèque culturelle. In: GASSAMA, M. **50 ans après quelle indépendance pour l'Afrique?** Paris: Editions Philippe Rey, 2010.

NUNES, C. **A armadilha**: incorporação e exclusão na sociedade do trabalho. Rio de Janeiro: Clacso; Educam, 2000.

SERRA, A. M. A. **Políticas econômicas de desenvolvimento**. Disponível em: <www.iseg.utl.pt/disciplinas/mestrados/dci/dcipedcap6.htm>. Acesso em: dez. 2010.

SINDJOUN, L. **Sociologie des relations internationales africaines**. Paris: Karthala, 2002.

SIQUEIRA, I. R. **Identificar, caracterizar e “salvar” “Estados frágeis”**: a “fragilidade estatal” como uma construção cotidiana. 2010. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

UNAC – UNIÃO NACIONAL DE CAMPONESES. **Position de l'UNAC face aux manifestations populaires du 1er et 2 Septembre 2010**. 8 set. 2010.

WORLD BANK. **Accelerated development in Subsaarian Africa**: an agenda for action. Washington: World Bank, 1981.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BELLUCCI, B. **Economia contemporânea em Moçambique**: sociedade linha-geira, colonialismo, socialismo, liberalismo. Rio de Janeiro: Educam, 2007.

BOAVIDA, A. **Angola**: cinco séculos de exploração portuguesa. Lousã: Edições 70, 1981.

CHÂTAIGNER, J. M.; MAGRO, H. **États e sociétés fragiles**. Paris: Karthala, 2007.

COQUERY VITROVICH, C. La politique en Afrique Noire: heritage et avenir. **Le genre humain**. Paris, Seuil, p. 128, nov. 1992.

COURADE, G. Le concept de politique alimentaire. *In*: **Dynamique des systèmes agraires**: la dimension économique. Paris: Orstom, 1990.

COUSSY, J. Politique agro-alimentaire et programmes d'ajustement structurel en Afrique sub-saharienne. *In*: BLANC-PAMARD, C. *et al.* **Dynamique des systèmes agraires**: la dimension économique. Paris: Orstom, 1990.

DEVÉS-VALDES, E.; ORELLANA, C. R. **Las ciencias económicas sociales latinoamericanas en África sudsahariana**. Santiago, Chile: Ariadna, 2009.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GASSAMA, M. **50 ans après quelle indépendance pour l'Afrique?** Paris: Editions Philippe Rey, 2010.

HUGON, P. Endettement et dynamique des systèmes agro-alimentaires. *In*: BLANC-PAMARD, C. *et al.* **Dynamique des systèmes agraires**: la dimension économique. Paris: Orstom, 1990.

ILIFFE, J. **Os africanos**: história dum continente. Lisboa: Terramar, 1999.

KABOU, A. **Et si l'Afrique refusait le développement?** Paris: Harmattan, 1991.

KONATÉ, M. **L'Afrique Noire est-elle maudite?** Paris: Fayard, 2010.

MBEMBE, A. **Afriques indociles**: christianisme, pouvoir et État en société post-coloniale. Paris: Karthala, 1998.